

A experiência de um curso de elaboração de projetos em saúde com enfoque em resultados

The experience of a course on developing projects in health with a focus on results

Pedro José Braz¹, Eduardo Henrique da Silva Figueiredo Matos²

DOI: 10.5935/DIV.n61.06

RESUMO O artigo apresenta o relato de experiência do ‘Curso básico sobre elaboração de projetos – Etapa Iniciação – EGP/SAES’ realizado no formato on-line em 2022 com a participação de colaboradores da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (Saes) do Ministério da Saúde. A iniciativa objetivou sanar as principais lacunas identificadas no contexto das reformulações da atual Coordenação-Geral de Projetos da Atenção Especializada (CGPROJ), vinculada à Saes, destacando-se a baixa maturidade na elaboração e avaliação das propostas de projetos de cooperação técnica. O programa do curso, a partir do diagnóstico feito, enfatizou a elaboração e a avaliação de projetos na modalidade Termo de Execução Descentralizada (TED), porém foi possível a percepção que os profissionais participantes puderam identificar, compreender e interpretar a temática de forma ampla, com potencial para a melhoria da atuação profissional e reflexos nos resultados institucionais. Com avaliação positiva dos participantes, tendo 93,3% de concluintes (56 profissionais), a iniciativa foi inovadora em diversos aspectos, com destaque para a publicação ‘Curso Básico de Elaboração de Projetos da SAES’, apresentando os projetos desenvolvidos coletivamente por seis grupos.

PALAVRAS-CHAVE Capacitação profissional. Formulação de projetos. Gestão em saúde.

ABSTRACT *The article presents the experience report of the ‘Basic Course on Project Development – Initiation Stage – EGP/SAES’ held online in 2022 with the participation of collaborators from the Specialized Health Care Secretariat (SAES) of the Ministry of Health. The initiative aimed to remedy the main gaps identified in the context of the reformulations of the current General Coordination of Specialized Care Projects (CGPROJ) linked to SAES, highlighting the low maturity in the development and evaluation of technical cooperation project proposals. Based on the diagnosis made, the course program emphasized the development and evaluation of projects in the Decentralized Execution Term (TED) modality. Still, it was possible to see that the participating professionals were able to identify, understand, and interpret the theme broadly, with the potential to improve their professional performance and reflect on institutional results. With a positive evaluation from the participants, 93.3% of whom completed the course (56 professionals), the initiative was innovative in several respects, with the highlight being the publication ‘Basic Course in SAES Project Development,’ presenting the projects developed collectively by six groups.*

KEYWORDS *Professional training. Project formulation. Health management.*

¹Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
pedro.braz@fiocruz.br

²Ministério da Saúde (Fiocruz) – Brasília/DF, Brasil.
eduardo.figueiredo@saude.gov.br



Introdução

A proposta de elaboração de um relato de experiência, além da definição do caso (ou intervenção) a ser analisado após sua efetiva realização, também nos coloca questões de quais elementos compõem o relato e como estes se inter-relacionam, objetivando que a experiência seja um vetor para a aprendizagem e contribua para a reflexão de indivíduos, grupos e organizações. Mesmo com a receptividade negativa em várias publicações científicas, alguns autores, como Daltro et al.¹⁽²²⁴⁾ ressaltam a importância do relato de experiência

como mais uma possibilidade de criação de narrativa científica, especialmente no campo das pesquisas capazes de englobar processos e produções subjetivas.

Mussi et al.²⁽⁶⁵⁾ também reafirmam que o relato de experiência deve ser considerado uma produção de conhecimento quando

[...] trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção.

Para esses autores, o relato de experiência colabora para o conhecimento científico, pois “beneficia o meio acadêmico e a sociedade, por contribuir na melhoria de intervenções e possibilitar o usufruto de futuras propostas de trabalho”²⁽⁷²⁾.

A elaboração do relato, como produção de conhecimento, não deve ficar circunscrita a formatos preestabelecidos, como ressaltam Daltro et al.¹⁽²³³⁾: “A confecção do documento narrativo não pode estar descrita em um *guideline* que indica itens e cabem em modelos *standards*”:

Faz-se, entretanto, necessário garantir algumas referências metodológicas que admitam a abertura de espaços de circulação

de conhecimento mais amplos, e sinalizem caminhos dialógicos com os saberes sobre a ciência e seus sentidos¹⁽²³³⁾.

Esses autores, no entanto, destacam seis elementos para a construção formal do relato de experiência, que apresentamos resumidamente: a) “uma produção documental afirmada como trabalho de linguagem, de narrativas”; b) a construção documental do relato de experiência exige que pelo menos um de seus autores seja sujeito participante da experiência em estudo; c) apresenta, “de forma objetiva e rica, o cenário, o texto, os atores e as técnicas utilizadas, em conformidade com o contexto dos envolvidos na experiência, de forma descritiva”; d) oferece “ao leitor referências sobre de que lugar a experiência está sendo falada, singularizada e problematizada, garantindo um diálogo entre os saberes científicos, e muitas vezes não científicos, com os saberes implicados na experiência em estudo”; e) “a narrativa [...] deve ser construída de maneira acessível para todas as pessoas interessadas no tema e não só para pesquisadores, mas as teorias escolhidas devem estar colocadas claramente em seus princípios e fundamentos, assim como a problemática que está sendo discutida”; f) “as conclusões devem ser evitadas. O trabalho deve, contudo, considerar os resultados do projeto e das lições aprendidas antes, durante e depois de estruturado um saber sobre a experiência”¹⁽²³⁴⁻²³⁵⁾.

Ao apresentarmos um relato de experiência da realização de um curso para colaboradores da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (Saes) do Ministério da Saúde (MS), com o objetivo de analisar suas atividades, estratégias pedagógicas e resultados, é necessário também inserir tal ação no contexto histórico e contemporâneo das discussões sobre Educação Permanente em Saúde (EPS), referencial teórico e metodológico norteador das ações de formação no Sistema Único de Saúde (SUS).

Desde a década de 1950, inicialmente na França, segundo Lemos³⁽⁹¹⁴⁾, o termo

“educação permanente” passou a ser utilizado, tendo maior difusão na década de 1960 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com base na discutível ‘teoria do capital humano’ a partir dos estudos de Theodore W. Schultz. Na área da saúde, a temática sobre EPS obteve amplitude com o Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), atuante no Brasil desde a década de 1970. Mesmo sem a plena concordância no meio acadêmico, a Opas “cria uma diferenciação entre os termos educação permanente e educação continuada, considerando a última mais reducionista”³⁽⁹¹⁴⁾.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, temos a criação do SUS, regulamentado posteriormente pelas Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, conferindo-lhe, entre outras, a atribuição, conforme o art. 200, de “ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde”⁴. Tal atribuição ganhou maior expressão institucional com a criação, na estrutura do MS em 2003, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES), que

[...] responde pela gestão federal do Sistema Único de Saúde (SUS) no que se refere à formulação de políticas orientadoras da formação, do desenvolvimento, da distribuição, da regulação e da gestão dos trabalhadores da saúde⁵⁽⁹⁾.

Em 2004, um ano após a criação da SGTES, foi estruturada a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), iniciando-se uma trajetória de aprendizagens e avanços, práticas diferenciadas na dinâmica regional, dificuldades sobre parâmetros concretos de financiamento e, principalmente, conforme a publicação ‘Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?’, “esforços de articulação de parcerias institucionais entre serviço e

ensino, educação e trabalho, numa perspectiva dialógica e compartilhada”⁶⁽¹⁰⁾, com a estratégia de fortalecimento da EPS

[...] como norteadora de novas práticas que orientam a reflexão sobre o processo de trabalho e a construção de atividades de aprendizagem colaborativa e significativa, favorecendo o trabalho em equipe, a gestão participativa e a corresponsabilização nos processos de ensino-aprendizagem, para o alcance dos objetivos estratégicos do SUS⁶⁽¹⁰⁾.

Finalizando essa breve retrospectiva sobre EPS, mesmo que de forma resumida, impõe-se acrescentar à discussão potenciais contradições sobre formação nos mais variados serviços e organizações de saúde, tanto na esfera federal como em Estados e municípios, detalhadamente apresentadas no texto ‘Enfoques, problemas e perspectivas na Educação Permanente dos recursos humanos de Saúde’⁷, de autoria de María Cristina Davini. Para a autora, não é possível considerar todo procedimento de capacitação como uma ação de educação permanente:

Embora toda capacitação vise à melhoria do desempenho do pessoal, nem todas estas ações representam parte substantiva de uma estratégia de mudança institucional, orientação essencial nos processos de educação permanente⁷⁽⁴⁰⁾.

Davini é enfática ao considerar que a educação permanente (“como estratégia sistemática e global”)⁷⁽⁴⁰⁾ pode incluir em sua implementação diversas ações de capacitação para grupos específicos, com começo e fim, porém, devem estar em articulação com uma estratégia de mudança institucional. Ademais, conclui:

todo processo de educação permanente requer elaboração, desenho e execução a partir de uma análise estratégica e da cultura institucional dos serviços de saúde em que se insere⁷⁽⁴⁰⁾.

Curso de elaboração de projetos em saúde

Dentre as principais lacunas identificadas no contexto das reformulações da atual Coordenação-Geral de Projetos da Atenção Especializada (CGPROJ), vinculada ao Gabinete da Saes do MS, destacou-se a baixa maturidade na elaboração e avaliação das propostas de projetos de cooperação técnica. Tais reformulações contavam com o arcabouço gerencial do Projeto ‘Aprimoramento da Gestão da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – SAES do Ministério da Saúde (AvanSaes2)’, coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), incluindo a estruturação de um Escritório de Gestão de Projetos e o mapeamento de seus processos tendo como referência o Guia PMBOK^{®8}.

No acompanhamento dos projetos em execução, a percepção dos dirigentes, da equipe técnica e dos colaboradores do setor era que boa parte dos ‘desvios’ identificados tinha origem na fase de elaboração e sistematização das propostas antes de sua contratualização, inclusive dificultando o monitoramento e a real avaliação dos resultados previstos em seus objetivos. Tal contexto abrangia um quantitativo significativo de projetos de cooperação técnica na modalidade Termo de Execução Descentralizada (TED), com características próprias e legislação orientativa bem detalhada. De acordo com a ‘Cartilha para apresentação de propostas ao Ministério da Saúde’⁹, o TED

[...] constitui o instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes do governo federal é

ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática.

A descentralização de créditos configura delegação de competência para a unidade descentralizada promover a execução de programas, de projetos ou de atividades previstos no orçamento do Ministério da Saúde⁹⁽¹⁷⁾.

O fluxo avaliativo para a contratualização de um TED ressalta a importância de que os projetos apresentados pelas instituições parceiras (proponentes) e avaliados pelos setores do MS apresentem alto grau de qualidade, tanto pela importância de seus resultados para a instituição e para o SUS como pelos altos valores investidos. De acordo com a ‘Cartilha’, o fluxo resumido, conforme *figura 1* a seguir, apresenta as seguintes etapas:

Depois de cadastrada e enviada para análise, a proposta fica submetida à apreciação pela área responsável.

A análise é realizada sob o mérito (validação do objeto) e sob o técnico-econômico (custos e especificações apresentados pelo proponente). Após receber todos os pareceres (mérito e econômico) e estar em consonância com os critérios adotados pelo Ministério da Saúde, a proposta fica com a situação PROPOSTA APROVADA.

Após a análise técnica, a proposta segue para validação da Secretaria Finalística, para recebimento de autorização para celebração do termo pela Secretaria-Executiva.

Recebida a autorização, o FNS efetiva o Termo de Execução Descentralizada⁹⁽¹²²⁾.

Figura 1. Fluxo resumido de tramitação de um Termo de Execução Descentralizada



Fonte: Cartilha para apresentação de propostas ao Ministério da Saúde⁹⁽¹²²⁾.

A realização do ‘Curso básico sobre elaboração de projetos – Etapa Iniciação – EGP/SAES’, como potencial estratégia para colaborar para a solução dos ‘problemas’ diagnosticados, ocorreu no período de 23 de maio a 12 de julho de 2022, com duas turmas (29 participantes no período da manhã e 31 participantes no período da tarde), sendo cada turma subdividida em três grupos, visando à realização de trabalhos coletivos¹⁰. A abertura oficial do curso ocorreu presencialmente em 20 de maio (com transmissão online) em evento que também oficializou a criação do EGP/Saes, cujos principais objetivos foram destacados:

[...] aprimorar a gestão dos projetos de cooperação técnica nos departamentos e coordenações da SAES, [...] capacitar as equipes da SAES na elaboração e gestão de projetos, [...] padronizar instrumentos para elaboração de projetos e [...] gerenciar bancos de dados e sistematizar as informações dos termos de cooperação técnica para subsidiar os gestores na tomada de decisão, bem como na gestão dos projetos¹¹⁽²⁾.

O objetivo geral da ação foi definido como “capacitar as equipes da SAES na elaboração de projetos, com vistas a melhoria na qualidade dos projetos, produtos e resultados entregues”, com os seguintes objetivos específicos: “identificar, compreender e interpretar os principais elementos na elaboração de projetos no contexto de atuação da Atenção Especializada à Saúde no Brasil”; “identificar, compreender e interpretar as principais legislações e instrumentos para a formalização de Termos de Execução Descentralizada (TEDs)”; e “compreender e aplicar os processos de iniciação e seus instrumentos (formulários) para elaboração de projetos”¹⁰⁽¹⁾.

No planejamento da ação formativa, estimaram-se dois conjuntos de resultados:

a) em relação aos participantes, o desenvolvimento e/ou aprimoramento de capacidades para a elaboração de projetos e atuação nos processos para formalização de projetos de cooperação técnica por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), tendo como referência a gestão de política pública na área da saúde; b) no plano institucional, a partir da exteriorização do desenvolvimento e/ou aprimoramento de capacidades individuais e coletivas, implantação dos processos de iniciação para formalização de projetos de cooperação técnica por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs)¹⁰.

Desenvolvido no formato online (plataforma Microsoft Teams), o ‘Curso básico sobre elaboração de projetos – Etapa Iniciação – EGP/SAES’ utilizou diferenciadas estratégias didáticas, como palestras, exposições dialogadas, ‘sala de aula invertida’ (disponibilização antecipada de ampla bibliografia sobre os temas tratados para leitura prévia, além de formulários – *templates* – utilizados para elaboração de projetos, para posterior discussão em grupo) e trabalhos práticos colaborativos. Deve-se destacar também a estratégia de ‘atividade de dispersão’ (mentoria) com fortes resultados positivos. Após o término do último encontro, os participantes, divididos em grupos definidos no início do curso, desenvolveram, na ‘atividade de dispersão’ durante um breve período como atividade prática coletiva, um Projeto Básico de uma ação na modalidade TED a partir das elaborações e reflexões transmitidas nas atividades semanais. Cada Projeto Básico em elaboração, com acompanhamento

dos facilitadores, foi discutido pelos grupos em encontros presenciais e virtuais, objetivando a evolução na qualidade das propostas, seus produtos e resultados em seus respectivos setores de trabalho, com um olhar amplo e bastante produtivo sobre a elaboração dos projetos na atenção especializada.

O ‘Curso básico sobre elaboração de projetos Etapa Iniciação – EGP/SAES’ contou com a inscrição de 60 profissionais vinculados à Saes. Dois participantes desistiram do curso e 2 não atingiram a frequência mínima (75%), verificando-se a conclusão de 56 profissionais (93,3%) que receberam certificados de participação¹⁰. A experiência e a vivência da equipe de facilitadores da ação formativa contribuíram também para as atividades de mentoria e foram formadas pelos seguintes profissionais: Cleber Cardoso de Oliveira, Eduardo Henrique da Silva Figueiredo Matos, Erika Avila Guimarães, Fernando Henrique Martins Silva, Gislene Henrique de Souza, Henrique Garcia da Silva, Jannayna Martins Sales, Luciana Villanova, Marcia Cristina Veiga Rocha, Maria Luiza Fonseca do Valle, Sergio Vianna e Yonaré Flávio de Melo Barros, integrantes da equipe da CGPROJ; e Ana Luisa Duboc de Araujo, Lêda Zorayde de Oliveira, Pedro José Braz e Priscila Lucas da Cunha, vinculados à Fiocruz¹².

Avaliação diagnóstica

Para conhecimento mais aprofundado sobre os participantes do curso e adaptação do programa de trabalho, desenvolveu-se uma avaliação diagnóstica¹³ a partir de questionário em meio eletrônico, que, conforme Filatro et al.¹⁴⁽²⁶⁾

[...] visa à análise e ao diagnóstico das necessidades de aprendizagem e do nível de conhecimento/desempenho prévio dos alunos para fins de ajuste do planejamento, organização em turmas ou grupos, e até mesmo personalização de percursos.

Do total de 60 profissionais inscritos, 43 (71,7%) participaram dessa fase de

planejamento¹⁴. Em relação à idade, a grande maioria dos respondentes encontra-se na faixa etária de 30 a 39 anos (42%) e na de 40 a 49 anos (37%). Quanto à escolaridade, a maior parte deles concluiu cursos de especialização (67%), destacando que somente um respondente não possuía graduação em educação superior¹³.

A inserção funcional dos respondentes mostrou-se bem diversificada, abrangendo a maioria dos departamentos e coordenações que compõem a Saes. Em relação ao tempo de vínculo ao setor atual de atuação, o maior número dos participantes trabalha ‘até 3 anos’ (44%) e de ‘4 a 7 anos’ (25,5%)¹³.

Sobre a experiência na elaboração e avaliação de projetos na área da saúde e na modalidade dos TED, 32,5% dos integrantes informaram que se encontravam no nível 0 (‘nenhuma experiência’); 18,6%, no nível 1; e 14%, no nível 2, totalizando 65,1%. Nos níveis 3 e 4, foram identificados 34,9% dos respondentes. Nenhum participante optou pelo nível 5 (‘domínio total do tema’). Quanto à experiência sobre a legislação e instrumentos para a formalização e procedimentos de iniciação de projetos na modalidade dos TED, 34,9% dos que responderam ao questionário informaram que se encontravam no nível 0; 16%, no nível 1; e 18,6%, no nível 2, totalizando 69,5%. Nos níveis 3, 4 e 5, foram identificados 30,2% dos respondentes¹³.

Sobre a experiência profissional em projetos na área de saúde e nos TED, os respondentes puderam ser classificados em dois grupos: 55,8% com experiência bem diversificada e 44,2% sem nenhuma experiência, comprovando a importância de realização da ação de formação. Os participantes revelaram também expectativas muito positivas sobre o curso, destacando-se, dentre outras, a melhoria de resultados nas funções exercidas¹³.

Programação do curso

O programa do ‘Curso básico sobre elaboração de projetos Etapa Iniciação – EGP/SAES’ foi segmentado em quatro blocos. No

primeiro bloco, com dois encontros semanais (3 horas-aula cada), a temática foi norteada pelos ‘principais elementos na elaboração de projetos’. Além das atividades previstas nas estratégias didáticas, contou com a palestra ‘Concepção, implementação e governança da política pública de saúde’, com a Dra. Neide Glória Garrido, do Departamento de Regulação Assistencial e Controle da Saes (Drac/Saes). No segundo bloco, com dois encontros semanais, a abordagem foi direcionada para ‘legislações e instrumentos para a formalização de Termos de Execução Descentralizada (TEDs)’, incluindo a palestra ‘Aspectos normativos para formalização, execução, monitoramento e prestação de contas dos Termos de Execução Descentralizada – TED, à luz do Decreto 10.426 de 16 de julho de 2020 e da Portaria GM/MS 1.083 de 11 de maio de 2022’, com Dayanne Kelly Leite de Azevedo e Mário Alexander Lopes Rodrigues, ambos profissionais do Fundo Nacional de Saúde (FNS)¹⁰.

Com a temática ‘Os processos de iniciação para formalização de projetos de cooperação técnica por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs)’, o terceiro bloco, em dois encontros semanais, voltou-se principalmente para atividades práticas dos participantes a partir da discussão e do preenchimento dos formulários previstos para formalização de projetos de cooperação técnica, além da palestra ‘Os Termos de Execução Descentralizada no contexto das políticas públicas de saúde e legislação aplicada’, com Pedro Sanchez Soares (Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento/Saes). A programação original do curso previa a realização do quarto bloco, abordando ‘Sistema de monitoramento e elaboração de indicadores’ (dois encontros). Após avaliação da dinâmica de trabalho dos participantes, optou-se por dar continuidade aos conteúdos do terceiro bloco, ficando a temática inicialmente prevista para futura ação formativa. Nesse quarto bloco, em dois encontros semanais, foram intensificadas as atividades práticas e as discussões entre os grupos, concluídas na ‘atividade de dispersão’

(mentoria), com a intensa participação dos facilitadores em encontros presenciais e online para a análise e conclusão dos projetos dos seis grupos participantes¹⁰.

Resultados

Após o término do curso, os participantes formalizaram uma avaliação por meio de questionário on-line¹⁵. Em relação ao alcance dos objetivos previstos na ação de formação, 44% dos respondentes o consideraram excelente; 47%, como bom; e 9%, como regular. Quanto à metodologia adotada, 36% consideraram como excelente; 44%, como boa; 14%, como regular; e 6%, como insuficiente. A opinião dos respondentes quanto ao conteúdo concentrou-se em excelente (51%) e bom (42%), com 5% para regular e 1% para insuficiente. Na avaliação geral, o curso foi considerado excelente por 43,85%, bom por 43,85%, regular por 9,49% e insuficiente por 2,82%¹⁵.

Em relação aos facilitadores, nos aspectos de domínio do conteúdo, qualidades das respostas sobre o conteúdo, orientação das atividades, organização do trabalho, disponibilidades para sanar dúvidas e relacionamento com os alunos, os respondentes avaliaram como excelente e bom em patamar superior a 93%, faixa que se repetiu na avaliação dos palestrantes. A avaliação dos respondentes sobre a infraestrutura do curso também foi positiva: faixa superior a 90% na somatória de excelente e bom. Somente no item ‘disponibilidade de agenda, patrocínio da chefia imediata e outras condições de participação’ os percentuais se diferenciaram: 30% excelente, 47% bom, 17% regular e 7% insuficiente¹⁵.

Na avaliação geral do aproveitamento da formação, 27% dos respondentes o consideraram com excelente; 63%, como bom; e 10% como regular. Quanto à ‘perspectiva de aplicação do conhecimento em curto, médio ou longo prazos, na realidade do local de trabalho’, os percentuais apurados refletem um cenário positivo: 53% para excelente, 33% para bom, 10% para regular e 3% para insuficiente.

Em relação à ‘facilidade para formação em ambiente virtual de aprendizagem’, 17% dos integrantes a consideraram como regular¹⁵.

Para concluir as informações sobre a avaliação dos participantes, reveste-se de importância sumariar comentários finais dos respondentes. Na perspectiva dos pontos positivos no desenvolvimento da formação, podem ser destacados:

Tema de extrema importância para o trabalho institucional, sendo que o conhecimento obtido no curso é de grande valia para desempenhar as atividades dentro do Ministério da Saúde. Envolvimento de todos os departamentos e misturas das turmas com diversas áreas.

Temática de suma importância para um órgão que mantém a sua força de trabalho em projetos. Para termos projetos eficazes e eficientes, se faz necessário um conhecimento prévio para uma elaboração consistente onde possamos alcançar os propósitos¹⁵.

Sobre as ‘principais dificuldades encontradas para o êxito total da formação’ segundo os respondentes, destacaram-se:

A atividade extraclasse foi difícil para elaborar fora do horário do curso.

A duração de algumas aulas foi insuficiente para a extensão do conteúdo abordado.

Acredito que o curso de forma presencial pode trazer uma eficácia melhor pela dedicação integral. Infelizmente os encontros nas estações de trabalho são divididos com demandas de trabalho e da rotina.

Choque de horários com as rotinas de trabalho¹⁵.

Ao finalizar a avaliação, os respondentes registraram suas sugestões para futuras ações de formação:

Resolver os exercícios dentro do horário do curso [durante as aulas].

Palestras mais enxutas e mais dinâmicas para não ficar cansativo.

Encontros presenciais e com uma carga horária maior.

Dimensionar melhor o conteúdo e atividades com o tempo previsto.

Tentar colocar os horários das capacitações em dias que diminuam as incidências de choques¹⁵.

Na perspectiva de resultados, também merece registro o evento presencial de encerramento do curso, que ocorreu em 6 de outubro de 2022 na sede do MS, com transmissão online. Nesse encontro, os projetos desenvolvidos pelos seis grupos participantes foram apresentados ao público, bem como foi lançada, de forma inovadora, a publicação ‘Curso Básico de Elaboração de Projetos da SAES’, com a íntegra dos projetos e

[...] quadros consolidados que possibilitam a realização de análises e entendimento sobre o alinhamento desses projetos à estratégia organizacional, bem como sua contribuição às políticas e programas da AE¹².

Nas ‘considerações finais’ da publicação, a avaliação foi positiva:

Chegamos ao final da formação ‘Curso básico sobre elaboração de projetos’ com um resultado muito positivo: seis projetos elaborados coletivamente, de forma rica e participativa, reunidos neste caderno que vem coroar a iniciativa. Queremos parabenizar a todos que fizeram parte desse momento de construção, desafios e reflexões.

Temos a certeza que o curso foi de grande valia para orientar a produção de novos projetos e para o monitoramento das ações dos Departamentos da Secretaria, proporcionando, em consequência, maior qualidade nas ações da Atenção Especializada – AE¹²⁽⁷³⁾.

Considerações finais

As considerações finais do relato de experiência apresentado sobre o ‘Curso básico sobre elaboração de projetos – Etapa Iniciação

– EGP/SAES’ se aglutinam principalmente em reflexões práticas, ‘lições aprendidas’ e sugestões para futuras atividades com escopo e/ou objetivos semelhantes. Inicialmente, cabe reforçar que os autores do artigo participaram desde o planejamento da ação até a sua completa realização, dialogando com todos os profissionais envolvidos.

As especificidades e as estratégias pedagógicas da atividade realizada permitem, com base na avaliação dos participantes, aferir que contribuíram para que seus objetivos fossem alcançados durante os diversos encontros e principalmente na ‘atividade de dispersão’ (mentoria), organizando, com os participantes divididos em grupos, uma prática coletiva de elaboração de um Projeto Básico na modalidade TED a partir das reflexões sistematizadas nas atividades semanais. É importante destacar que, por ser um curso online com duração de aproximadamente 60 dias, totalizando 112 horas-aula (48 horas-aula de atividades síncronas e 64 horas-aula de mentoria e grupos de trabalho), o percentual de concluintes de 93,3% (56 profissionais) é bastante significativo, bem como a diversidade de profissionais atuantes em diversos setores da Saes.

Mesmo que o programa do curso, a partir do diagnóstico elaborado, tenha se voltado para elaboração e avaliação de projetos na modalidade TED, no contexto organizacional da Saes, foi possível a percepção de que os profissionais participantes puderam identificar, compreender e interpretar a temática de forma ampla, com potencial para a melhoria da atuação profissional e reflexos nos resultados institucionais. Um indicador dessa perspectiva pode ser percebido quando comparados os projetos inicialmente elaborados pelos diversos grupos com os projetos finalizados no período de mentoria.

Várias ‘lições aprendidas’ podem ser sistematizadas a partir do olhar dos profissionais envolvidos na gestão da atividade e, principalmente, na avaliação (formal e informal) dos participantes. De início, podemos citar a dificuldade de compatibilizar as agendas e as

demandas profissionais dos participantes com o período de encontros e leituras extraclasse. Seja pela ‘falta tempo’, seja pelas características pessoais, percebe-se uma resistência para leitura e discussão de textos teóricos, com um certo ‘apressamento’ na busca de soluções práticas e imediatas. Tal contexto indica a necessidade de reavaliar as estratégias pedagógicas a partir das contribuições já sistematizadas pelo modelo andragógico em convergência com Paulo Freire, quando a experiência do educando é um forte insumo, segundo Barros,

[...] para promover a aprendizagem, através de um conjunto de métodos ativos e experienciais, o mesmo acontecendo no modelo freiriano, no qual sempre se considera no processo educativo o saber de experiência feito que qualquer educando tem¹⁶⁽⁵⁾.

Na avaliação dos participantes, são marcantes as dificuldades para atividades online tanto pela deficiência quanto pela falta de equipamentos disponíveis, assim como no ‘cansaço’ em encontros de três horas, mesmo com diversidade de estratégias pedagógicas. Nesse contexto, a preferência por encontros presenciais é praticamente dominante, conforme a opinião de um participante:

Acredito que o curso de forma presencial pode trazer uma eficácia melhor pela dedicação integral. Infelizmente os encontros nas estações de trabalho são divididos com demandas de trabalho e da rotina¹⁵.

A questão é importante, e para ações futuras, talvez o modelo híbrido (presencial e online) possa ser testado e avaliado.

Por último, referindo-se às ‘lições aprendidas’, é necessário citar que as informações coletadas na ‘avaliação diagnóstica’ devem ser mais consideradas, tanto na organização do programa de trabalho do curso como na divisão das turmas a partir das características identificadas. No caso relatado, por exemplo, 55,8% dos participantes indicaram experiência bem

diversificada, e 44,2%, sem nenhuma experiência na temática de elaboração de projetos. É pertinente avaliar se esses dois conjuntos de participantes deveriam participar de programas diferenciados, estimulando aprofundamentos mais equalizados com seus perfis.

Para finalizar, uma questão deve ser respondida: a ação relatada incorpora-se em uma perspectiva de EPS? Em uma dimensão isolada, mesmo balizada em estratégias institucionais a partir de um diagnóstico voltado para mudanças, a resposta poderia ser ‘não’! Preferimos, no entanto, que seja vista como uma experiência com fortes elementos positivos que podem dialogar com outras ‘capacitações’ na visão de

(re)construção de programas de EPS, tendo como enfoque principal os trabalhadores do SUS e os cidadãos usuários.

Colaboradores

Braz PJ (0000-0003-0395-8970)* contribuiu para planejamento, pesquisa bibliográfica, sistematização de informações e documentos, redação e revisão final do manuscrito. Matos EHSF (0000-0003-0971-7270)* contribuiu para análise e revisão da literatura, participação na coleta de dados, redação do texto e revisão do manuscrito. ■

Referências

1. Daltro MR, Faria AA. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estud Pesqui Psicol.* 2019;(1):223-237. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2019.43015>
2. Mussi RFF, Flores FF, Almeida CB. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práx Educ.* 2021;17(48):60-77. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>
3. Lemos CLS. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? *Ciência saúde coletiva.* 2016;21(3):913-922. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182015>
4. Senado Federal (BR). Constituição da República Federativa do Brasil: l: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 [Internet]. Brasília, DF: Senado Federal; 2016 [acesso 2023 ago 2]. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
5. Ministério da Saúde (BR), Secretaria-Executiva, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2013 [acesso em 2023 jul 23]. 44 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_gestao_trabalho_educacao_saude_2ed.pdf
6. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2018 [acesso em 2023 jul 23]. 73 p. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/pt-br/assuntos/educacao-permanente-em-saude/politica-nacional-de-educacao-permanente-em-saude>

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

- gov.br/images/publicacoes2023/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf
7. Davini MC. Enfoques, Problemas e Perspectivas na Educação Permanente dos Recursos Humanos de Saúde. In: Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2009 [acesso em 2023 jul 23]. p. 39-63. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf
 8. Project Management Institute. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK®). 6. ed. Pennsylvania: PMI; 2017.
 9. Ministério da Saúde (BR), Secretaria-Executiva. Cartilha para apresentação de propostas ao Ministério da Saúde [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2021 [acesso em 2023 jul 23]. 156 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_apresentacao_propostas_ministerio_saude_2021.pdf
 10. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Projeto Aprimoramento da Gestão da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – SAES do Ministério da Saúde (AvanSAES2). Relatório Curso básico sobre elaboração de projetos Etapa Iniciação – EGP/SAES. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2022.
 11. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Guia de referência rápida para solicitar novo projeto SAES. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2022.
 12. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Projeto Aprimoramento da Gestão da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – SAES do Ministério da Saúde (AvanSAES2). Curso básico de elaboração de projetos da SAES. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2022.
 13. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Projeto Aprimoramento da Gestão da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – SAES do Ministério da Saúde (AvanSAES2). Relatório Curso básico sobre elaboração de projetos Etapa Iniciação – EGP/SAES – avaliação diagnóstica. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2022.
 14. Filatro AC, Tractemberg L. Tutoria On-line em Organizações Públicas – Módulo 4 – O professor-tutor e a aprendizagem [Internet]. Brasília, DF: Enap; 2014 [acesso em 2023 jul 23]. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1353/1/Tutoria-Online_modulo_4_aprovacao.pdf
 15. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Projeto Aprimoramento da Gestão da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – SAES do Ministério da Saúde (AvanSAES2). Relatório Curso básico sobre elaboração de projetos Etapa Iniciação – EGP/SAES – avaliação de reação. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2022.
 16. Barros R. Revisitando Knowles e Freire: Andragogia versus pedagogia, ou O dialógico como essência da mediação sociopedagógica. *Educ Pesqui.* 2018;44:e173244. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844173244>